

FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM REAIS)

ATIVO				
	NOTAS	2017	2016	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.993.471	12.311.246	
Créditos a Receber	5	14.815.695	19.123.237	
Adiantamentos	5	1.310.099	1.159.247	
Impostos a Recuperar	6	857.336	770.878	
Estoques	7	1.729.965	1.728.149	
Despesas Antecipadas		112.278	45.862	
TOTAL		29.818.844	35.138.419	
Não Circulante				
Realizável a longo prazo	8	457.288	2.561.939	
Imobilizado (-) Depreciação acumulada	9	53.319.907	54.191.082	
Imobilizado em andamento		0	0	
Intangível (-) Amortização acumulada		8.284	10.899	
TOTAL		53.785.480	56.753.920	
TOTAL		83.604.323	91.892.339	

PASSIVO				
	NOTAS	2017	2016	
Circulante				
Fornecedores	10	6.995.114	12.241.927	
Empréstimos e Financiamentos	11	6.136.362	6.019.479	
Obrigações Trabalhistas	12	4.896.605	4.939.778	
Provisões	13	8.552.945	7.830.855	
Obrigações Sociais	14	5.029.390	5.402.108	
Obrigações Fiscais	15	2.667.824	2.348.484	
Outras Obrigações	16	3.708.935	3.821.300	
Obrigações Bancárias	11	214.984	340.467	
TOTAL		38.202.159	42.943.398	
Não Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	11	14.864.725	16.173.176	
Outras Contas a Pagar	16	287.300	2.509.165	
Obrigações Fiscais LP		195.669	396.694	
Obrigações Sociais LP		419.478	425.978	
Provisões LP		116.978	0	
TOTAL		15.884.780	19.505.011	
Patrimônio Líquido				
Patrimônio Social	19	24.021	24.021	
Ajuste de Valor Patrimonial		49.729.754	49.729.754	
Resultado do período acumulados		-20.236.390	-20.309.845	
TOTAL		28.517.384	28.443.930	
TOTAL		83.604.323	91.892.339	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO				
	NOTAS	2017	2016	
RECEITAS				
Receitas sem Restrição	20	55.147.951	56.048.158	
Receitas com Restrição		1.800.000	0	
(-) CUSTOS DIRETOS		-39.740.235	-38.119.801	
(-) Custos Diretos sem Restrição	21	-39.740.235	-38.119.801	
(-) Custos Diretos com Restrição		-1.804.519	0	
LUCRO BRUTO		15.407.716	17.928.357	
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas Administrativas	22	-13.264.763	-16.055.791	
Despesas com Vendas		-2.974	-2.960	
Despesas Tributárias		-189.749	-86.709	
Trabalho Voluntário		-111.902	-89.267	
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		1.571.236	2.072.487	
Receitas Diversas	23	1.571.236	2.072.487	
Isenção Contr. Previdenciária-Decreto 8.242		7.779.922	7.584.646	
Isenção Contr. Previdenciária-Decreto 8.242		-7.779.922	-7.584.646	
RESULTADO OPERACIONAL		3.714.188	3.945.054	
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO				
Receitas Financeiras		1.192.900	337.675	
Despesas Financeiras		-2.882.768	-4.218.648	
RESULTADO DO PERÍODO		2.024.329	66.081	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Patrimônio Social	Ajuste de Valor Patrimonial	Resultado do Período Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	24.021	49.729.754	-20.375.926	23.374.849
Ajustes de Exercícios Anteriores				
Superveni do Exercício			66.081	66.081
Saldos em 31 de dezembro de 2017	24.021	49.729.754	-20.309.846	23.443.930
Ajustes de Exercícios Anteriores			-1.950.875	-1.950.875
Superveni do Exercício			2.024.329	2.024.329
Saldos em 31 de dezembro de 2017	24.021	49.729.754	-20.236.390	23.517.384

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
	2017	2016
Atividades Operacionais		
Ajuste para reconciliação do Lucro Líquido		
Resultado do Período	2.024.329	66.081
Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.950.875	0
(Aumento) diminuição de Ativos	73.455	66.081
Créditos a Receber	4.156.690	1.875.929
Impostos a Recuperar	-86.458	-5.366

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2017, a Entidade adotou a Lei nº 11.333/2007, Lei nº 11.341/09 que alterou artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando qualidades da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Contábil para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.379/11 (NBC TG 28), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITC 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucro, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, os registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucro.

2.2. Base de preparação

Modelo Funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o decimal mais próximo.

Uso de Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados não podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.538/07 e 11.941/09, complementadas com a Lei nº 12.101 de 27/11/2009 e a Resolução do CFC nº 1409/2012, que aprovou a ITC 2002, referente às Entidades sem finalidade de lucro. A seguir são descritas algumas práticas contábeis:

a) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta corrente, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudanças de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

b) Estoques - Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se a material médico, medicamentos, material de laboratório, material odontológico, filmes, gênero alimentício, produtos de limpeza, produtos de lavanderia, material de manutenção, impressos e material de escritório.

c) Créditos a Receber - Os Créditos a Receber de convênios são registrados pelo valor justo de contraprestação a ser recebida.

d) Imobilizado - Está demonstrado ao custo de aquisição e não contribuição. As depreciações são calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas nas Notas Explicativas nº9, que levam em consideração o valor útil econômico dos bens.

e) Fornecedores - São, inicialmente, reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

f) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, incluindo os custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, menos os encargos, juros e variações monetárias conforme previsto contabilmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na Nota 11.

g) Receitas e despesas - O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas dos convênios e transferências estão sendo apresentadas pelo seu valor efetivamente arrecadado. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método de taxa efetiva de juros nos rubricas de receitas/despesas financeiras.

n) Demonstração dos fluxos de caixa - As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

i) Demais Ativos - estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

j) Demais Passivos - Os demais passivos estão apresentados por valores contratuais ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

k) Patrimônio Social - É demonstrado pelos valores históricos, acrescidos das movimentações ocorridas no exercício.

l) Superveni do Déficit apurado pelo regime de competência do exercício.

m) Instrumentos Financeiros - A Fundação participa em operações com diversos instrumentos financeiros, destacando-se dentre os mesmos, o banco e aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como valores a pagar, outras dívidas, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, seguir as necessidades eventuais de caixa e manter seu endividamento em níveis compatíveis.

n) Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou veniente, em sua maioria, em prazos inferiores a 12 meses.

o) Tributação - A Fundação é isenta de impostos e de Contribuições para a Seguridade Social por força do artigo 150, inciso VI, alínea "c" e do § 7º do art. 195, da Constituição Federal, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Ademais, cumpre integralmente todas as exigências previstas no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária.

p) Contratos de Gestão: São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar e executar ações e serviços de saúde. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando entregue toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

q) A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistência Governamental atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual sua Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistêmica, desde que atendidas as condições da Norma.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2017	2016
Fundo Fixo	17.660	17.660
Caixa	1.900	1.500
Banco Conta Movimento	4.915.933	1.809.418
Aplicações Financeiras	6.058.388	10.482.678
TOTAL	10.993.471	12.311.246

As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apurados até a data do balanço, com base no regime de competência.

5. CRÉDITOS A RECEBER E ADIANTAMENTOS

	2017	2016
Créditos de Convênios	1.694.712	1.683.295
Créditos de Pacientes SUS	1.328.739	2.674.623
Créditos de Hemocélulas	1.150.777	1.132.006
Créditos de pacientes UTI	1.364.010	1.495.520
Créditos de Secretarias de Saúde UPA CX (*)	2.584.879	3.968.088
Créditos de Secretarias de Saúde UPA ND (*)	998.992	652.695
Créditos de Secretarias de Saúde Hospital Palmares (*)	3.616.635	5.742.767
Créditos de Secretarias de Saúde Hospital Nazaré (*)	1.625.583	1.761.465
Outras	461.376	617.581
TOTAL	14.815.695	19.123.237

(*) Durante o exercício de 2017 o total de gastos realizados em benefício do Hospital Regional de Palmares, do Hospital Ermito Coutinho, da UPA Casuarí e da UPA Nova Descoberta, equivaleram em R\$ 3.616.635 R\$ 1.625.583 R\$ 2.584.879 e R\$ 998.992, respectivamente, do total criado e repassado pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, através do contrato de gestão firmado com a Fundação Manoel da Silva Almeida.

16. FORNECEDORES

	2017
Fornecedores de materiais e medicamentos	2.493.675
Fornecedores de serviços médicos - PJ	779.716
Fornecedores de serviços diversos	2.484.822
Fornecedores de serviços médicos - PF	1.245.900
TOTAL	6.995.114

Representa as obrigações com fornecedores pela contratação de serviços médicos, hospitais e medicamentos.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2017	2016
Caixa Econômica Federal	6.534.769	35.381.558
Bancos Ampla e de Recife	1.602.600	-
Outras	-	1.496.239
Encargos Financeiros a Vencido	(2.058.407)	(20.534.311)
TOTAL	6.136.362	14.864.725

A Fundação em 2015 aderiu um empréstimo junto a empresa Orixias Armações alguns dias antes. Em 07/12/2015 a Fundação aderiu um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 6.534.769,00, em parcelas de R\$ 1.367,36 mensais, com prazo de 60 meses, contados da data de assinatura do contrato até a data de 11/4 parcelas mensais. O contrato prevê como garantia a cessão de direitos creditórios já decorridos da prestação de serviços no Sistema Único de Saúde - SUS.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2017
Ordenados a Pagar	4.811.305
Rescisões a Pagar	37.834
Seguro de Vida a Pagar	11.073
Plano de Saúde - Unimed	5.012
Férias a Pagar	3.763
Plano de Saúde - Hapvida	27.618
TOTAL	4.896.605

De acordo com o Art. 70 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga de todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de trabalho.

13. PROVISÕES

	2017
Provisões de Férias	7.833.297
Provisões de Encargos Sociais e Férias	612.614
Provisões de Encargos Sociais e 13º Salário	282.034
TOTAL	8.727.945

Referem-se às Provisões Férias e Encargos Sociais sobre Férias e 13º Salário de 14 empregados pelas empregadas e baixados conforme pagamentos até a data do balanço.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2017
FGTS a Receber	585.149
FGTS a Receber (Parcelamento)	2.357.241
FGTS Passivo	91.772
INSS a Receber	1.377.517
PIB a Receber	7.200
FGS Parcelamento	37.104
Contrib. Sind. Assist. a Pagar	347.073
INSS Parcelamento	174.874
Juros e Multa sobre encargos (Parcelamento)	50.458
TOTAL	5.029.390

No exercício de 2013 a Fundação assinou junto à Caixa Econômica Federal um Termo de Compromisso de Pagamento do FGTS no montante de R\$ 4.915.933,00, referentes ao exercício de 2013 e em 2018 o Hospital Ermito Coutinho também assinou um Termo de Compromisso 400.470.077 referente às competências de 12/2015 a 04/2016.

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2017
ISS na Fonte a Receber	575.809
IRRF a Receber	1.703.781
IRPF/INSC/LL a Receber	182.559
Juros a Pagar	8.635
Multas a Pagar	28.845
Parcelamento de impostos	188.396
TOTAL	2.687.924

O saldo do IRRF a receber apresentado em 31.12.2017 se refere ao imposto retido e sobre serviços prestados de terceiros.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2017
Água a Pagar	1.421.936
Energia Elétrica a Pagar	1.302.128
Taxas a Pagar	13.018
Emprestimo Material Hospitalar	292.723
Trat. Odontológico - Funcionários	31.848
Aluguéis a Pagar	

Publicações Particulares

COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE

CNPJ Nº 10.835.932/0001-06 - NIRE Nº 26.300.032.929
Companhia Aberta - RG. CVM 1.436-2

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE. DATA, HORA E LOCAL: Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de 2017, às 12h, na Filial da Companhia, localizada na Praia do Flamengo, 78, 4º andar - Flamengo - CEP: 22210-030, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **PRESEÇA:** Presentes todos os senhores Conselheiros da Companhia Sr. Fernando Arronte Villegas, Sr. Sandro Kohler Marcondes e o Sr. Rogério Aschermann Martins e a Sr. Solange Maria Pinto Ribeiro, constatada, assim, a existência de quórum suficiente. **MESA:** Fernando Arronte Villegas - Presidente e Thais Freire - Secretária. **ORDEM DO DIA:** Revolving Facility. **DELIBERAÇÕES:** Dando-se início aos trabalhos, sendo abordado o item (i) da Ordem do Dia, os conselheiros de administração, por unanimidade, aprovam a contratação de linha de crédito revolving, nas seguintes condições: a) Itau - Celpe; l. Volume: até R\$ 100 MM; ii. Empresa: Celpe; iii. Garantia: Neoenergia; iv. Fee: até 0,37% a.a.; v. Estruturação: até 0,1%; vi. Custo para saque: 120% CDI; vii. Prazo: até 15 meses. **ENCERRAMENTO:** Foi, então, declarada como encerrada a reunião e lavrada a presente ata no livro próprio, a qual foi lida e teve a aprovação, sem restrições, da unanimidade dos senhores Conselheiros presentes. Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 2017. Confere com o original lavrado em livro próprio, nº 08, folha 165 a 169. Thais Freire - Secretária. Junta Comercial do Estado de Pernambuco. Certifico o registro em 01/02/2018 sob nº 20186836202. Companhia Energética de Pernambuco - CELPE. André Ayres Bezerra da Costa - Secretário Geral.

(99539)

CIA. IND. DE INST. DE PRECISÃO-CIIP.

CNPJ - 10.870.428/0001-50, Edital de Convocação - convida seus acionistas para a Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, que se realizará no dia 27.02.2018 às 08:00 h (oito horas), em

2ª convocação, na Rua Silveira Lobo, nº 32, no bairro de Casa Forte, Recife/PE, para votar a seguinte pauta: a) Aprovação dos Balanços da Sociedade, Relatórios da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal dos Exercícios de 2013 a 2017; b) Alteração dos Estatutos, mediante alteração dos artigos 2º, 13 e 14, e c) Outros assuntos de interesse Social. Recife, 20.02.2018. a) Hidaigo Correia Acioli - Diretor Presidente

(99537)

DREAMS INTERCAMBIOS LTDA. - ME

Rua Capitão Rebelião, nº 182, Pina
CEP 51.011-010, Recife, Pernambuco

CNPJ/MF Nº 17.701.488/0001-87 NIRE 26202093052

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS
Pelo presente, na forma dos art. 1.072 e 1.152, §3º, da Lei 10.406/2002, ficam convocados todos os sócios da DREAMS INTERCAMBIOS LTDA. - ME (a "Sociedade"), para Reunião de Sócios a ser realizada no dia 01 de março de 2018, às 16h30min, em primeira convocação, e às 17h30min, em segunda convocação, na sede da Sociedade, localizada na Rua Capitão Rebelião, nº 182, Pina, CEP 51.011-010, Recife, Pernambuco, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a destituição de administrador da Sociedade, e (ii) a definição da remuneração da administração da Sociedade. Gian Carlo Cintia Zanella e Luis Enrique Carneiro Gonzalez Villarin, 20/02/2018.

(99555)

FIAÇÃO E TECELAGEM RIBEIRÃO S.A.

CNPJ Nº 10.777.357/0001-34

NIRE 26300033003

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da Fiação e Tecelagem Ribeirão S.A. - CNPJ Nº 10.777.357/0001-34, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 28 de fevereiro de 2018, às 14:00 horas, na sua sede social situada na Rua Francisco Silveira, nº 38, Sala 03, bairro de Afogados, Recife - PE, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- (1) Eleição dos administradores, na forma prevista no estatuto social da companhia;
- (2) Alterar o estatuto social, de modo a atender aos interesses societários, proporcionando uma melhor estrutura operacional e administrativa da companhia;
- (3) Outros assuntos de interesse da companhia

Recife, 20 de fevereiro de 2018
Rômulo Dourado de Queiroz Monteiro
Vice-Presidente
Edilson Veras Alves dos Santos
Diretor

(99536)

HOSPITAL ERMÍRIO COUTINHO

Gestão: Governo do Estado de Pernambuco/SES

Gestor: Fundação Manoel da Silva Almeida Contrato: 01 Início: 11/2011

Presidente - Dr. Arnaldo Almeida Gonçalves de Oliveira

Superintendente - Dr. Luiz Alberto Pereira de Araújo

Diretor Geral - Dr. Francisco José Madeiro Monteiro

Descrição - Prestação de Contas 2017

Receita - R\$ 21.640.681,97

Despesas - R\$ 20.956.855,61

Superávit/Déficit - R\$ 683.826,36

Penalidades - 0,00

Resultado da Análise - R\$ 683.826,36

Produção Realizada: Saídas - 4.025 / Urgência - 117.965

Ambulatório - 9.749

Parto Normal - 2.240 / Parto Cesárea - 735 / Curetagem - 337

● Fonte: Relatório por competência conforme contrato com a SES.

(99538)

HOSPITAL ESPERANÇA S.A.

(Subsidiária Integral)

CNPJ nº 02.284.062/0001-06 - NIRE 26.3-0002110-2

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA

EM 08 DE FEVEREIRO DE 2018. } CERTIDÃO - Junta Comercial

do Estado de Pernambuco - Certifico o registro em 09/02/2018 sob

o nº 20189774290. André Ayres Bezerra da Costa - Secretário-

General.

(99542)

PEPSICO AMACOCO BEBIDAS DO BRASIL
LTDA.

CNPJ/MF nº 09.644.104/0003-75

Licença de Operação

Pepsico Amacoco Bebidas do Brasil Ltda. torna público que

recebeu da Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA) a

Renovação de Licença Ambiental de Operação para a Fabricação

de Produtos e Bebidas não alcoólicas como: envasamento

asséptico de água de coco verde até a data 29/11/2018. À Rodovia

BR 407, Km 123, SIN - João de Deus - Petrolina/PE

(99559)

O jeito de falar nordestino revela nossa tradição linguística. O que muitos identificam como “fala de matuto” são formas arcaicas encontradas na literatura portuguesa de 300 anos atrás, reinventadas ou preservadas pelo povo. Neste *Dicionário do Nordeste*, que chega revisto e ampliado, Fred Navarro apresenta em minúcias os significados de novas e velhas palavras.

DICIONÁRIO do NORDESTE
FRED NAVARRO

Cepe EDITORA

www.cepe.com.br



Protocolo de entrega de Prestação de Contas Anual

Identificação da Organização

CNPJ do declarante

09.767.633/0003-66

Nome

FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA

Endereço

TRAV. BANC. VIEIRA DE MELO FILHO, SN

Munípio

UF

CEP

Nazare da Mata

PE

55800-000

Informações dos demonstrativos financeiros

Valores em R\$

Total do ativo circulante	3.035.465,71
Total do ativo não circulante	1.387,78
Total do ativo	3.036.853,49
Total do passivo circulante	2.966.583,16
Total do passivo não circulante	70.270,33
Total do patrimônio social líquido	0,00
Total do passivo	3.036.853,49
Total das receitas	25.182.347,35
Total das despesas	25.182.347,35
Superávit ou déficit do exercício	0,00

Declaramos que, juntamente com as informações desta Prestação de Contas, relativas a este ano-base, o Representante legal e o Contabilista, responsáveis pelos demonstrativos contábeis e financeiros, reviram estes relatórios e que as informações neles contidas são verdadeiras.

Responsabilizamos-nos pela guarda, durante o período legal, da documentação que dá lastro à presente Prestação de Contas.

Local e data

ARNALDO JOSÉ ALMEIDA GONÇALVES DE OLIVEIRA

Responsável legal da Organização

Albanice B. da S. Almeida

ALBANICE BETANIA DA SILVA ALMEIDA

CRC nº0133380/1 - UF: PE

Profissional de Contabilidade

Protocolo
Ministério Público

115337

Protocolo - MPPE
Hora: 10:20
Data: 03.07.18

Assinatura